



ORSIFOR
a preparar o futuro!

Relatório de Gestão

Ano 2017

Handwritten marks or initials in the top right corner.

Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A.
NIPC 503 017 728
Capital Social 500.000,00€
CAE 85541 – Formação e Ensino Profissional
Registada na CRC Moita sob o n.º 503017728
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos - Moita

P.
9

Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento da Atividade.....	7
i.	Volume de Formação – Cursos Profissionais	10
ii.	Número de alunos/formandos inscritos por eixo de intervenção	10
3	Análise da Atividade e da Posição Financeira.....	11
i.	Principais Indicadores Financeiros da Sociedade	11
ii.	Evolução das vendas e das prestações de serviços	12
iii.	Estrutura de gastos	12
iv.	Resultado líquido e EBITDA	14
v.	Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)	15
vi.	Estrutura do balanço	15
4	As nossas pessoas.....	17
5	A nossa gestão	18
i.	Organograma	18
6	Proposta de Aplicação de Resultados.....	18
7	Expetativas Futuras	18
8	Outras Informações	18
9	Considerações finais	19
10	Anexo ao Relatório de Gestão	20
i.	Capital social	20
ii.	Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital, em 31 de Dezembro de 2017	20

1 Introdução

A sociedade sob a firma Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., iniciou a sua atividade no ano de 1993, já com o objetivo de prestar serviços de formação exclusivamente subordinados ao eixo da formação profissional. A sua criação teve origem num grupo de empresas fortemente ligadas ao sector da construção e que sentiram a necessidade de qualificar de forma contínua, os seus recursos humanos. Dadas as constantes flutuações do sector da construção a Orsifor viu a sua atividade suspensa no ano de 1996.

No ano de 2006 e após serem aferidas as condições e respostas educativas existentes no concelho da Moita, no que concerne à formação de jovens e adultos, a Orsifor apresentou ao Ministério da Educação uma proposta para a criação de uma escola profissional – Escola Técnica Profissional da Moita.

Esta iniciativa foi acolhida com grande sentido de urgência por parte do Ministério da Educação, pois o concelho da Moita tem, de forma estrutural, resultados de insucesso e abandono escolar superiores à média da Área Metropolitana de Lisboa e do país.

Em Agosto de 2006, o Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação de Lisboa, emitiu a Autorização Prévia de Funcionamento da Escola Técnica Profissional da Moita tornando-se assim a Orsifor a sua entidade instituidora.

Este estatuto proporciona à Orsifor o gozo das prerrogativas de utilidade pública, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20-06-2014 – regime jurídico das escolas profissionais.

O objeto social da Orsifor ficou exclusivamente afeto à prestação de serviços na área da educação e formação.

O primeiro desafio lançado pelo Ministério da Educação à Escola, foi iniciar a sua atividade letiva no próprio ano de 2006, o que se constituiu como uma grande prova à equipa de gestão do projeto, que em cerca de um mês teve a necessidade de garantir e reunir as condições de carácter pedagógico e logístico, fatores indispensáveis ao funcionamento da mesma.

A Escola Profissional

A Escola Técnica Profissional da Moita integra a rede de oferta formativa do Ministério da Educação, tendo iniciado a sua atividade no ano letivo 2006/2007, com três turmas de cursos profissionais de nível secundário de educação, carteira profissional Técnico Nível IV da União Europeia de:

- Animador Sociocultural;
- Secretariado;
- Contabilidade.

No ano letivo 2007/2008, a Escola iniciou mais três turmas:

- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Design Interiores/Exteriores;
- Apoio à Infância.

Para o ano letivo 2008/2009, a nossa oferta formativa contemplou os seguintes cursos:

- Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade;
- Gestão;

- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Design Interiores/Exteriores.

No ano letivo 2009/2010, a oferta formativa incidiu sobre:

- Apoio à Infância;
- Animador Sociocultural;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Gestão;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Higiene, Segurança no Trabalho e Ambiente.

No ano letivo 2010/2011, a Escola iniciou 7 novas turmas de cursos profissionais, atingindo a dimensão de 420 alunos no regime diurno, com os seguintes cursos:

- Higiene, Segurança no Trabalho e Ambiente;
- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Apoio à Infância;
- Contabilidade;
- Recuperação do Património Edificado;
- Organização de Eventos.

No mesmo ano, a Escola Técnica Profissional da Moita diversificou a sua oferta formativa para os adultos, através das Formações Modulares Certificadas e alargou a sua oferta formativa, contemplando crianças dos 6 aos 10 anos de idade, através das Atividades de Enriquecimento Curricular.

No ano letivo 2011/2012, a Escola iniciou 6 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Auxiliar de Saúde;
- Secretariado;
- Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

No ano letivo 2012/2013, a Escola iniciou 6 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria (2 turmas);
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Recuperação do Património Edificado;
- Animador Sociocultural.

No ano letivo 2013/2014, a Escola iniciou 5 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Organização de Eventos;
- Produção Agrária.

No ano letivo 2014/2015, a Escola iniciou 5 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Produção Agrária;
- Auxiliar de Saúde.

No ano letivo 2015/2016, a Escola iniciou 6 turmas de cursos profissionais, com as seguintes saídas profissionais:

- Técnico de Cozinha/Pastelaria (2 turmas);
- Técnico de Restaurante/Bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares (agregada com Produção Agropecuária);
- Técnico de Produção Agropecuária;
- Técnico Auxiliar de Saúde;
- Técnico de Organização de Eventos (em parceria com a ESBB).

Foi ainda autorizada a abertura de uma turma do curso vocacional de nível Secundário de Técnico de Soldadura.

Quanto ao ano letivo 2016/2017, a Escola iniciou as seguintes turmas de cursos profissionais:

- Técnico de Cozinha/Pastelaria (2 turmas);
- Técnico de Restaurante/Bar;
- Técnico de Produção Agropecuária;
- Técnico Auxiliar de Saúde;
- Técnico de Apoio à Infância;

Foi também autorizada a abertura de mais uma turma do curso vocacional de nível Secundário de Técnico de Soldadura.

No ano letivo 2017/2018, a Escola iniciou as seguintes turmas de cursos profissionais:

- Técnico de Cozinha/Pastelaria (2 turmas);
- Técnico de Restaurante/Bar;
- Técnico de Produção Agropecuária (agregada com 0,5 turma de Técnico de Apoio à Infância);
- Técnico Auxiliar de Saúde;
- Técnico de Apoio à Infância (1,5 turmas);

- Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade;
- Técnico de Soldadura.

Atualmente a Escola tem 21 turmas de cursos profissionais/vocacionais de nível secundário, em regime diurno, contabilizando cerca de 502 alunos. Trata-se do maior número de turmas financiadas para o eixo jovens, que tivemos nestes 11 anos de atividade da Escola Profissional.

2 Enquadramento da Atividade

O esforço estrutural a que o nosso país esteve sujeito, desde 2011, assim como outros países do sul da Europa, não foi vivido de forma indiferente nas Escolas. De resto, as Escolas profissionais, exclusivamente financiadas através do Orçamento de Estado, como é o nosso caso, ou através de fundos estruturais da União Europeia, tiveram num curto espaço de tempo de se ajustar, durante o período de intervenção externa, o que significou uma redução dos seus orçamentos e num menor de turmas financiadas em cada ciclo formativo.

A nossa Escola teve, no ciclo formativo 2011/2014, duas turmas de cursos profissionais em regime de autofinanciamento, suportando a Escola os seus custos de funcionamento, o que se traduziu num défice acima dos 480 mil euros em três anos. Estas turmas só terminaram as suas aulas em Julho/2014, portanto só desde esse momento é que a estrutura de gastos ficou mais equilibrada em relação aos seus rendimentos.

No ano letivo 2014/2015, apesar das limitações na constituição e financiamento das turmas de cursos profissionais, foi-nos concedida a abertura de mais uma turma em relação ao número de turmas que terminaram.

No ano letivo 2015/2016, foi novamente possível constituir mais duas turmas, ficando a Escola com 17 turmas em funcionamento, conseguindo estar mais próximo do nível de funcionamento do ano letivo 2010/2011, ano letivo que iniciamos 7 turmas de cursos profissionais. Pela observação do gráfico i. Volume de Formação – Cursos Profissionais, já se observa a variação positiva do número de horas de formação ministradas neste ano letivo, por consequência do aumento do número de turmas.

Já no ano letivo 2016/2017, a Escola aumentou novamente o número de turmas de ensino profissional e vocacional, tendo registado o maior número de turmas desde a sua criação, com 19 turmas financiadas e 487 alunos.

Este ajustamento nas outras atividades do eixo de adultos – Centro para a Qualificação e Ensino Profissional e Formações Modulares Certificadas, permitiu concentrar a nossa atenção no ensino profissional, pelo que estabelecemos um plano de melhoria dos nossos processos internos e metodologias de trabalho.

Assim, demos início a uma oficina de formação do nosso corpo docente, com a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, com o tema: (Re)Aprender a Ensinar e Avaliar nos Cursos Profissionais: o saber em ação. Esta oficina teve a duração de 50 horas de formação e só terminou em Julho/2016.

Em Julho/2016, contámos com a visita do Sr. Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão Rodrigues, tendo sido reconhecido publicamente o trabalho desenvolvido nestes 10 anos de atividade da Escola.

Nesse mês, teve início o projeto do CLDS3G – Moita “*Intervir para Incluir*”, em parceria com a RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, onde somos a entidade promotora do Eixo 1 – Qualificação, com financiamento através do FSE - Portugal 2020.

Em Agosto/2016, a Universidade Católica Portuguesa entendeu distinguir-nos com a atribuição do selo de Excelência da qualidade do ensino – Escola Associada da UCP, tendo sido a primeira Escola Profissional a obter esta distinção.

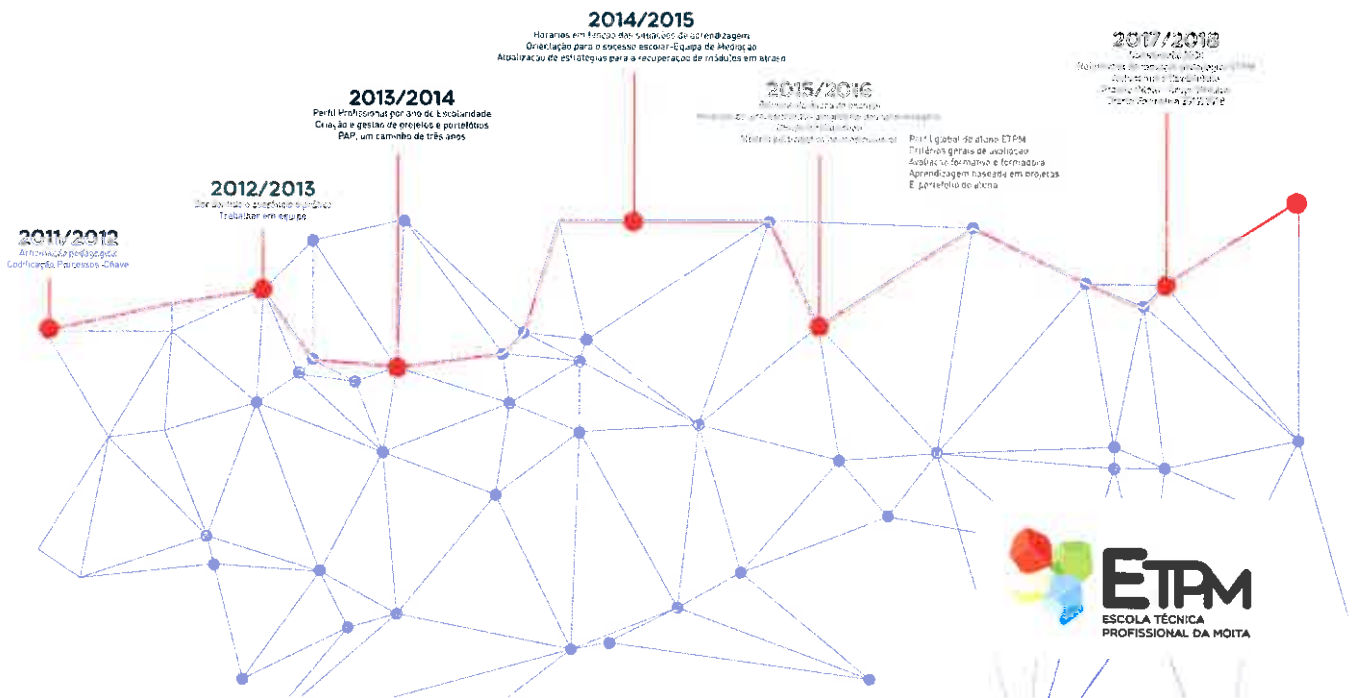
Os dez primeiros anos da Escola foram, sem dúvida, uma aprendizagem. Não foi sempre, nem será nunca fácil, mas servirá para crescermos primeiramente enquanto pessoas, depois como equipa, sempre a pensar no desenvolvimento do outro – do(s) nosso(s) aluno(s).

É para isso que trabalhamos diariamente, numa procura em fazer sempre mais, mas acima de tudo, cada vez melhor!

Em Março/2017, tivemos mais uma vez, o reconhecimento público do nosso trabalho diário, tendo recebido a visita de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa ao nosso campus Escolar.



Em Outubro/2017, tivemos a oportunidade de partilhar também o nosso referencial de inovação pedagógica com o Sr. Secretário de Estado da Educação, numa sessão de reflexão muito importante e que permitiu apresentar com maior profundidade o trabalho realizado na nossa Escola Profissional.



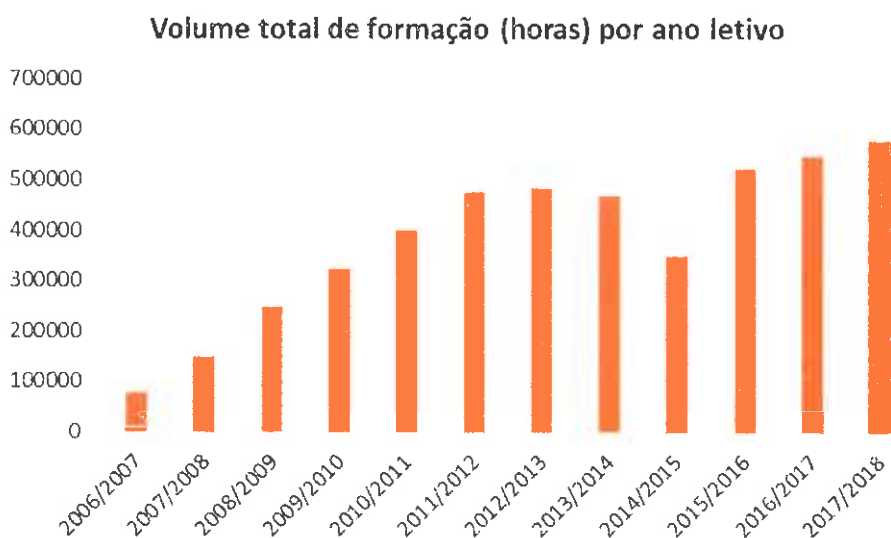
O Perfil do Aluno ETPM



P.
J

Em função do número de formandos/alunos/adultos envolvidos, por cada uma das modalidades de educação/formação desenvolvidas, apresenta-se uma breve evolução do número de formandos, os indicadores volume de formação e horas de monitorização, ao longo dos vários períodos letivos.

i. Volume de Formação – Cursos Profissionais



ii. Número de alunos/formandos inscritos por eixo de intervenção

N.º inscritos por modalidade de formação	Cursos Profissionais e Vocacionais	Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional	Atividades de Enriquecimento Curricular	Formações Modulares Certificadas	Total
2015/2016	426	611	707	-	1744
2016/2017	487	597	681	-	1765
2017/2018	502	602	702	60	1866

Apesar da atividade desenvolvida no eixo adultos, com a promoção do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional, não se verificou no decurso deste exercício económico, nem no exercício subsequente, a abertura das candidaturas e seu financiamento pelo Fundo Social Europeu, através do POR-LVT, para os CQEP na nossa região. Desta forma, solicitamos em Outubro/2017, a extinção deste centro por não existirem condições de suporte financeiro à sua atividade.

Esse despacho com a extinção foi apenas publicado em 30/Abril/2018, tendo só ocorrido após esta data a transferência dos candidatos para outro centro localizado no nosso concelho.

3 Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

i. Principais Indicadores Financeiros da Sociedade

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as normas em vigor.

	2017	2016	Var. %
Pessoal			
Efetivos Médios no Ativo	52	46	13,0
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(963)	(803)	19,8
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(19)	(17)	6,0
VAB p. capita (mil Euros)	(21)	(19)	7,4
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	1 994	1 786	11,7
Gastos Operacionais (mil Euros)	(2 077)	(1 778)	16,8
Cash Flow Operacional (EBITDA)	147	280	(47,5)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	35	164	(78,8)
Resultado Líquido (mil Euros)	(39)	41	(195,9)
Balanço			
Ativo Total (mil Euros)	6 314	5 940	6,3
Capitais Próprios (mil Euros)	1 491	1 510	(1,3)
Capitais Alheios (mil Euros)	4 823	4 430	8,9
Indicadores			
Margem EBITDA (%)	7,36	15,65	(53,0)
Margem sobre Vendas (%)	106,94	106,94	0,0
ROI - Return on Investment (%)	0,01	0,03	(80,0)
ROE - Return on Equity (%)	(0,03)	0,03	(197,1)

O volume de negócios registou um crescimento significativo, na ordem dos 11,7% para cerca de um milhão novecentos e noventa e quatro mil euros.

Em 2017 consolidou-se os rendimentos provenientes do ensino profissional, devido ao crescimento do número de alunos/turmas, tendo colmatado a diferença com o término da atividade do ex-Centro Novas Oportunidades/Centro Qualifica.

Quanto ao resultado operacional (EBIT) foi de **34.884,13€** contra os **164.342,98€** do ano anterior.

Importa salientar que, aquando dos trabalhos de encerramento deste exercício fiscal, e considerando que os Ativos Fixos Tangíveis tinham sido alvo de qualificação na CLC em 2016, foi decidido pela administração o abate de alguns bens de ativo fixo tangível que se encontram em espaços arrendados que não estão em uso. Tal situação originou um acréscimo expressivo dos gastos no corrente exercício, pelo que o resultado foi influenciado por esta situação.

Assim, o resultado líquido apurado em 2017 é de **-39.139,63€** contabilizando os gastos com depreciações, no montante de **111.941,30€** e **75.539,28€** de juros e gastos financeiros.

f.
g

ii. Evolução das vendas e das prestações de serviços

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura de rendimentos são apresentadas nos gráficos seguintes.



iii. Estrutura de gastos

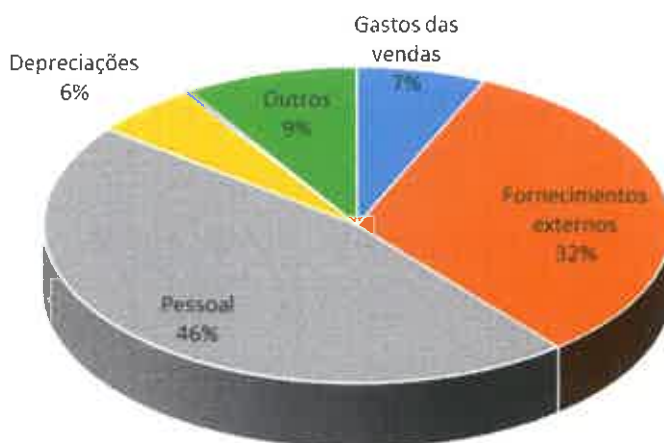
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, verifica-se um incremento, na ordem dos 13,5%.

Gastos	2017	2016	Var. %
Operacionais	(2 077 441,5)	(1 778 132,0)	16,8
Financeiros	(75 539,3)	(118 250,5)	(36,1)
Total	(2 152 980,7)	(1 896 382,5)	13,5

Apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

P.
9

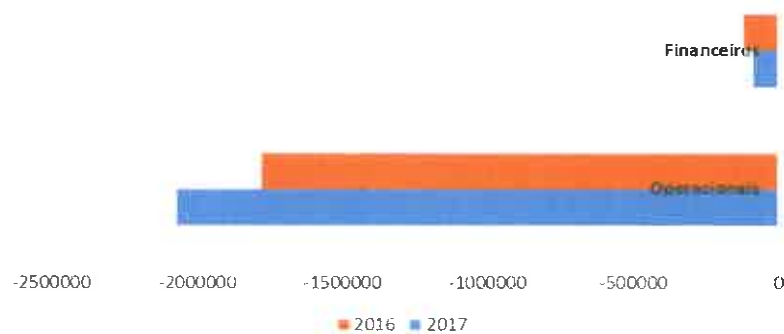
Estrutura de Gastos 2017



A evolução dos gastos operacionais discrimina-se conforme se segue:

Detalhe de gastos	2017	2016	Var. %
Gastos das vendas	(138 457,5)	(123 914,5)	11,7
Fornecimentos externos	(671 637,5)	(653 793,8)	2,7
Pessoal	(962 575,8)	(803 173,2)	19,8
Depreciações	(111 941,3)	(115 170,7)	(2,8)
Aumentos /Reduções de justo valor	-	(264,7)	(100,0)
Impostos	(5 886,3)	(8 115,2)	(27,5)
Outros	(186 943,1)	(73 700,0)	153,7

Evolução dos gastos



Os resultados operacionais registaram uma variação negativa, na ordem dos 78,8%, pelas alterações e contabilização com outros gastos e perdas associados aos ativos fixos tangíveis que se encontram nos imóveis com contrato de arrendamento.

Resultados	2017	2016	Var. %
Operacionais	34 884,13	164 342,98	(78,8)
Financeiros	(75 539,3)	(118 250,5)	(36,1)

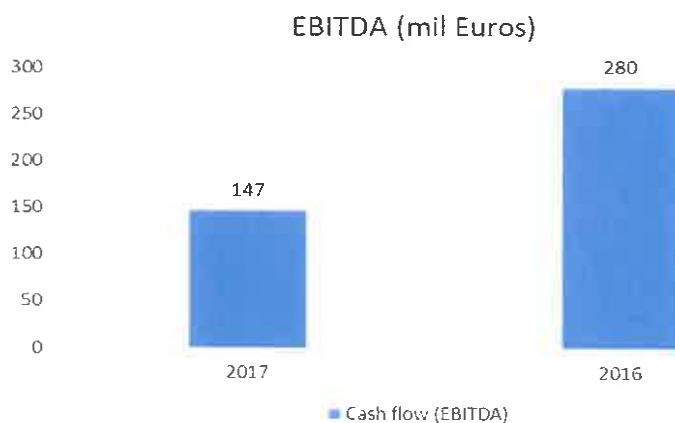
Em relação aos resultados financeiros, que representam na sua maioria, os gastos com a necessidade de financiamento da atividade da sociedade sofreram uma diminuição na ordem dos 36%. No que respeita ao financiamento dos cursos profissionais, assegurados através do Orçamento Geral do Estado, o pagamento ocorre no final de cada trimestre a que reporta o serviço, sendo necessário garantir liquidez de tesouraria com recurso a crédito de curto prazo (nomeadamente através de Factoring). Não obstante, e porque os primeiros 6 anos de funcionamento da Escola exigiram também um forte investimento em bens imóveis e equipamentos para o desenvolvimento dos cursos profissionais, e não existindo, na altura, por parte da sociedade, de outros capitais adicionais para estes investimentos, (nem por parte da banca de apoio com crédito bancário em operações mais estruturadas de médio/longo prazo), foi sempre com o orçamento de funcionamento que se reinvestiu na atividade, sacrificando a tesouraria de curto prazo. Como tal, em 2017, fruto da nova conjuntura económica, existiu um reajustamento dos produtos bancários, verificando-se uma redução significativa nos gastos com financiamento.

Creemos que será possível, melhorar ainda este indicador nos próximos anos, consolidando a nossa atividade com 24 turmas de cursos profissionais, o que temos a expectativa que venha a acontecer em 2019.

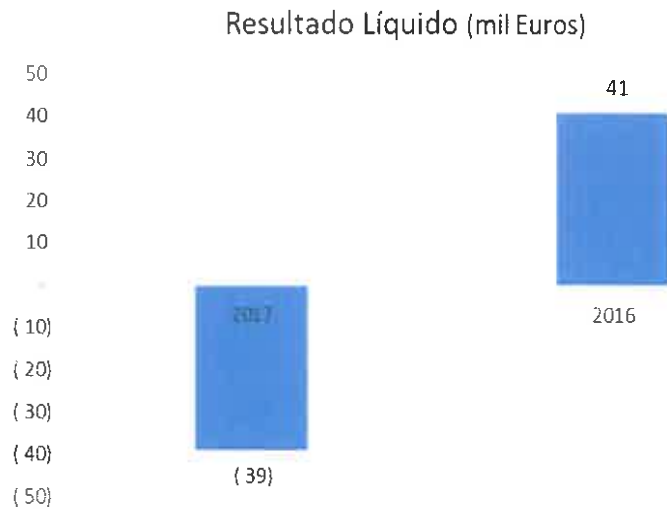
Com base nessa situação, verifica-se já que o ano letivo 2018/2019 iniciou já com o aumento de 2 turmas em ensino profissional, comparativamente ao número de turmas finalistas, o que perfaz um total de 22 turmas em funcionamento, de cursos profissionais.

iv. Resultado líquido e EBITDA

O cash flow operacional (EBITDA) totaliza 147 mil euros em 2017, enquanto a margem EBITDA situa-se nos 7,76% em 2017, correspondendo a um decréscimo de 50,4p.p..



P
J



Quanto ao resultado líquido apurado em 2017 é de -39.139,63€, enquanto no exercício anterior fora de 40.818,67€.

v. Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)

Situação Financeira

A situação financeira da sociedade evoluiu da forma seguinte:

	2017	2016	Var. %
Solvabilidade			
Capital Próprio / Passivo	30,92	34,09	-9,3
Endividamento			
Passivo / Capital Próprio	323,44	293,31	10,3
Autonomia Financeira			
Capital Próprio / Activo	23,62	25,43	-7,1

Verifica-se que o rácio de solvabilidade sofreu um decréscimo de 9.3 p.p.

Salienta-se ainda a autonomia financeira sofreu um decréscimo de 7,1 p.p., no entanto o rácio situa-se nos 23,62%, o que é positivo.

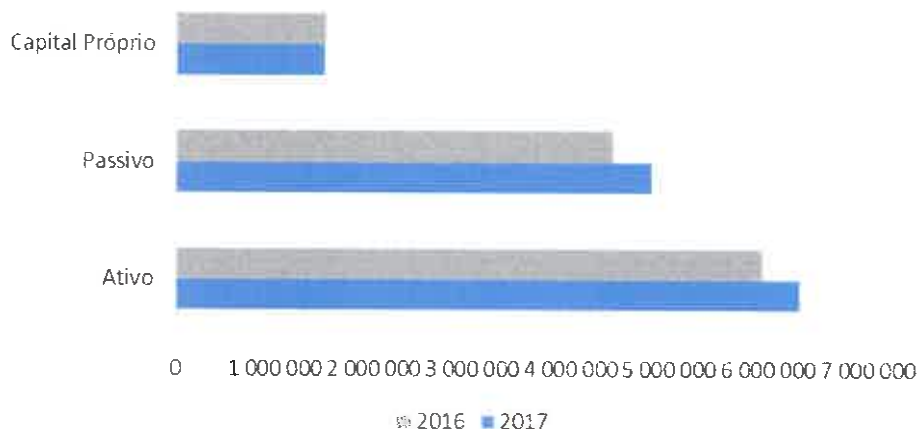
vi. Estrutura do balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Balanço	2017	2016	Var. %
Ativo	6 313 624	5 939 692	6,3
Passivo	4 822 584	4 429 500	8,9
Capital Próprio	1 491 040	1 510 192	(1,3)

Handwritten marks in the top right corner, including a signature and a stylized symbol.

Estrutura de Balanço



Em 2017 verifica-se uma evolução positiva do Ativo em 6,3% por consequência da atividade desenvolvida.

O capital próprio sofreu um decréscimo de 1,3%, enquanto o passivo sofreu um acréscimo de 8,9%.

Como referido anteriormente, existiram algumas reclassificações do ativo fixo tangível para gastos, decorrentes da existência de bens em imóveis que são objeto do contrato de arrendamento, pelo que o passivo foi influenciado por esta situação. Naturalmente que os gastos pelo incremento da atividade também fazem aumentar o passivo, mas pela comparação com exercícios anteriores, esses incrementos não são tão expressivos, quanto aconteceu no presente exercício.

4 As nossas pessoas

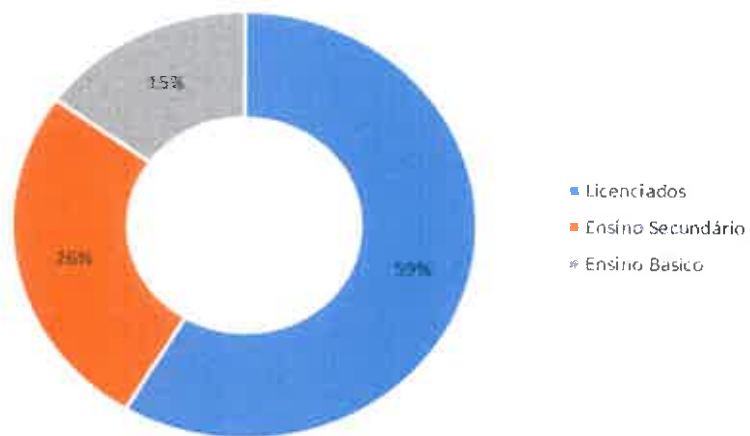
Na Orsifor, o nosso maior recurso são as pessoas.

Em 2016, 70% dos nossos colaboradores têm o ensino superior pelo que é também a rubrica com maior peso no nosso orçamento e contas anuais.

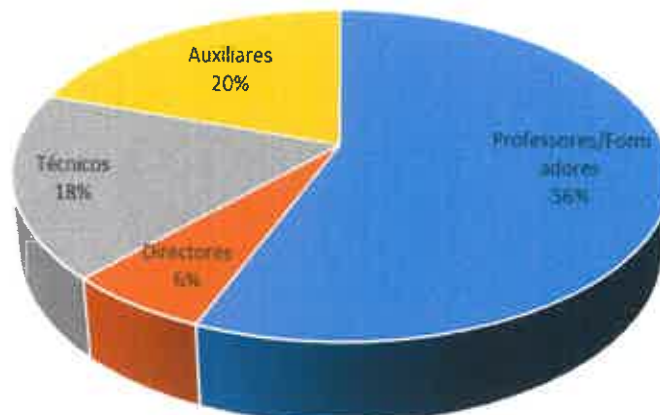
Com uma média etária de 41,5 anos, tivemos em média 52 colaboradores ao serviço, demonstrando criatividade, resiliência, vontade de inovar e desejo de aprender.

Salienta-se que destes colaboradores, 6 não têm vínculo direto com a Orsifor, S.A., no entanto, estiveram a desempenhar funções neste exercício, apoiando o desenvolvimento da componente técnica dos cursos profissionais, estando reconhecidos esses gastos por cedência de pessoal.

Distribuição dos colaboradores por habilitações 2017

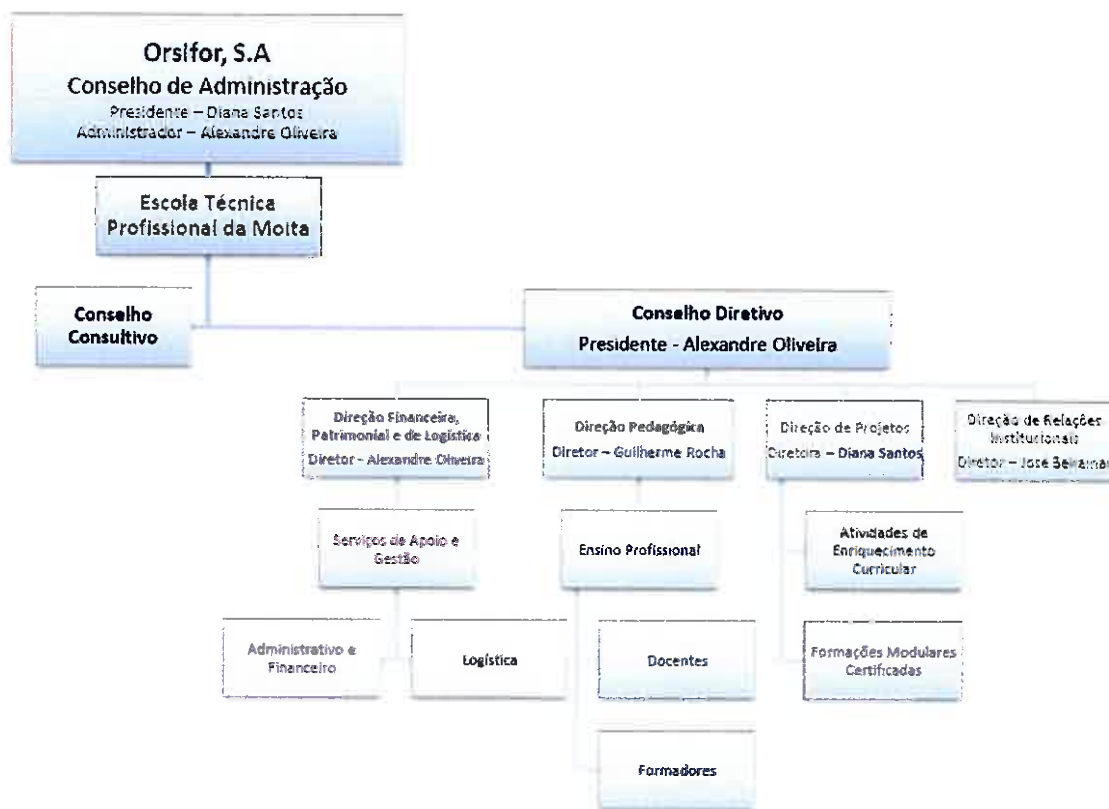


Distribuição de colaboradores por função 2017



5 A nossa gestão

i. Organograma



6 Proposta de Aplicação de Resultados

A Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de **-39 139,63€** (trinta e nove mil cento e trinta e nove euros e sessenta e três cêntimos). Assim, foi proposto a sua transferência para resultados transitados.

7 Expetativas Futuras

Em janeiro/2018 a candidatura que tínhamos formalizado para apetrechamento de equipamentos para cursos profissionais foi aprovada, permitindo o reembolso de 50% de despesas já realizadas e a realizar com aquisições de ativos fixos tangíveis desde 2014 até 2019.

Em Setembro/2018, o ano letivo 2018/2019 iniciou-se com a constituição de mais 2 turmas de ensino profissional, face ao número de turmas finalistas de ensino profissional, do ano letivo transato. Este incremento representa um aumento dos nossos rendimentos, em 3 anos, na ordem dos 610.000,00€.

8 Outras Informações

A Orsifor, S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a firma não é detentora de ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Em 2017, e ao abrigo do artigo 397º do CSC, não existiram contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores.

Em relação à situação contributiva da empresa, devido a este *downsizing* de atividade que se iniciou em 2013, foram estabelecidos acordos prestacionais com a administração tributária e segurança social para liquidação dos valores em dívida, sem sobrecarregar demasiado a tesouraria da empresa. Em 2017, devido à alteração de limites de financiamento bancário, nomeadamente com o termo de livranças e descobertos bancários, existiu uma limitação de tesouraria que nos impossibilitou o pagamento dentro do prazo preconizado de alguns impostos, pelo que foram estabelecidos planos de pagamento adicionais com a Administração Tributária.

Assim, a situação contributiva encontrava-se regularizada em 31 de Dezembro de 2017.

9 Considerações finais

A Orsifor, S.A. gostaria de expressar a sua gratidão aos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de atividade, Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Educação, à DGEsTE e à ANQEP pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança, mais uma vez demonstrada na nossa organização.

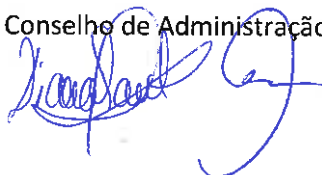
Gostaríamos ainda de agradecer a todas as estruturas dirigentes da Escola Técnica Profissional da Moita pelo trabalho desenvolvido no ano 2017, aproveitando ainda para agradecer todo o envolvimento e acompanhamento prestado pela Revisora Oficial de Contas e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Pontes, Batista e Associados, SROC.

Finalmente gostaríamos de expressar gratidão a todos colaboradores que constituem o recurso mais valioso da nossa instituição e, que uma vez mais, demonstraram uma notável resiliência, flexibilidade e espírito inovador e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso e dos resultados alcançados durante o ano.

Apresenta-se, de seguida, as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas, bem como o Anexo. Quanto à Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios e à Demonstração por Fluxo de Caixas, uma vez que em conformidade com o normativo aplicável (NCRF-PE), estamos dispensados de as apresentar.

Moita, 15 de Outubro de 2018

O Conselho de Administração,



10 Anexo ao Relatório de Gestão

i. Capital social

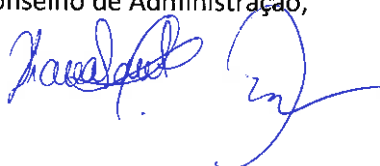
Em 31 de Dezembro de 2017 o capital da Orsifor, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50 milhões de ações com o valor nominal de 0,01€ cada.

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Live Moments, Lda	230 144,23	46,0%	230 144,23	46,0%
Topchoice, Lda	180 154,45	36,0%	178 919,64	35,8%
Sílvia Canastra Simões dos Santos	0,00	0,0%	47 433,88	9,5%
Diana Sofia Canastra Simões dos Santos	78 680,78	15,7%	31 246,90	6,25%
Alexandre José Soares Oliveira	3 148,93	0,63%	3 148,93	0,63%
Guilherme Magalhães Rocha	2 883,61	0,58%	2 883,61	0,58%
Outros Colaboradores	0,00	0,00%	1 234,81	0,24%
Outros Acionistas coletivos	4 988,00	1,0%	4 988,00	1,0%
	500 000,00	100,0%	500 000,00	100,0%

ii. Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital, em 31 de Dezembro de 2017

- Live Moments, Lda., com 46% do capital social.
- Topchoice, Lda., com 36,0% do capital social.

O Conselho de Administração,



J.
A.
S.



ORSIFOR
a preparar o futuro!

Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercício 2017

Índice

I – Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2017	5
Demonstração individual dos resultados por naturezas	6
1. Nota Introdutória.....	7
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	7
3. Principais políticas contabilísticas	7
3.1 Bases de apresentação	7
3.2 Políticas de reconhecimento e mensuração.....	8
3.3 Juízos de valor.....	14
3.4 Acontecimentos subsequentes e principais pressupostos relativos ao futuro	14
3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas.....	14
4. Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações.....	15
5. Ativos intangíveis.....	15
6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	16
7. Outros Investimentos Financeiros – Participações financeiras (outros métodos).....	17
8. Créditos a receber e outros créditos a receber	17
9. Outros Investimentos Financeiros.....	17
10. Ativos e passivos por impostos diferidos	18
11. Custos das vendas/Movimentos em inventários	18
12. Clientes	18
13. Outros créditos a receber - Adiantamentos a fornecedores.....	19
14. Estado e outros entes públicos.....	19
15. Outros créditos a receber	19
16. Acréscimos e Diferimentos	19
17. Ativos financeiros detidos para negociação	20
18. Caixa e depósitos bancários	21
19. Capital realizado	21
20. Reserva legal.....	21
21. Resultados transitados	21
22. Outras variações no capital próprio, ajustamentos de transição.....	21
23. Excedente de revalorização	22

24. Financiamentos obtidos	22
25. Outras contas a pagar.....	22
26.Fornecedores.....	23
27.Locções	23
28.Adiantamentos de clientes.....	23
29.Vendas e prestações de serviços.....	23
30.Segmentos de mercado.....	24
31.Subsídios à exploração	25
32.Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	25
33.Fornecimentos e serviços externos.....	25
34.Gastos com o pessoal	25
35.Remuneração dos órgãos sociais.....	26
36.Aumento /redução de justo valor	26
37.Outros rendimentos e ganhos.....	26
38.Outros gastos e perdas.....	27
39. Resultados financeiros.....	27
40.Partes relacionadas	27
41.Imposto sobre o rendimento e resultado líquido do período.....	29
42. Outras Variações no Capital Próprio	30
43. Divulgação das demonstrações financeiras.....	30
44. Outras informações	31
45. Acontecimentos após a data do Balanço	31

II – Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único

- Certificação Legal das Contas
- Parecer do Fiscal Único

2
A
S

I – Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Orsifor, SA

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2017

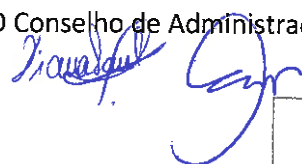
Contribuinte: 503017728
Moeda: EUR

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 827 003,65	1 864 104,28
Activos intangíveis	5	12 566,67	20 400,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	648 517,60	625 414,51
Outros Investimentos Financeiros	7, 9	16 125,00	16 125,00
Créditos a receber	8	1 250 000,00	1 250 000,00
Activos por impostos diferidos	10	0,00	3 130,00
		3 754 212,92	3 779 173,79
Activo corrente			
Inventários	11	4 440,33	3 450,02
Clientes	12	742,60	15 301,86
Estado e outros entes públicos	14	2 867,36	6 873,70
Outros créditos a receber	8, 13, 15	2 453 446,10	1 995 707,94
Diferimentos	16	28 265,22	25 515,46
Activos financeiros detidos para negociação	17	46 336,55	63 897,01
Caixa e depósitos bancários	18	23 312,63	49 772,60
		2 559 410,79	2 160 518,59
Total do activo		6 313 623,71	5 939 692,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	19	500 000,00	500 000,00
Reservas legais	20	7 185,95	5 145,01
Resultados transitados	21	279 573,82	230 807,51
Excedentes de revalorização	23	712 490,94	727 266,87
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	22	6 153,86	6 153,86
Outras Variações no Capital Próprio	42	24 774,78	0,00
		1 530 179,35	1 469 373,25
Resultado líquido do período	41	-39 139,63	40 818,67
Total do capital próprio		1 491 039,72	1 510 191,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	24; 27	426 640,87	350 829,78
Passivos por impostos diferidos	10	214 044,90	211 142,00
		640 685,77	561 971,78
Passivo corrente			
Fornecedores	26	402 232,47	276 716,81
Adiantamentos de clientes	28	1 996,11	1 209,09
Estado e outros entes públicos	14	637 233,59	472 880,28
Financiamentos obtidos	24; 27	1 366 433,92	1 656 360,96
Outras dívidas a pagar	25	893 297,00	640 648,72
Diferimentos	16	880 705,13	819 712,82
		4 181 898,22	3 867 528,68
Total do passivo		4 822 583,99	4 429 500,46
Total do capital próprio e do passivo		6 313 623,71	5 939 692,38

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:



Orsifor, SA

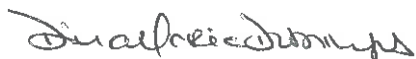
Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Contribuinte: 503017728

	Notas	2017	2016
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	29, 30	1 994 030,54	1 785 821,91
Subsídios à exploração	31	4 099,26	8 918,73
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	32	45 395,11	38 051,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(138 457,49)	(123 914,45)
Fornecimentos e serviços externos	33	(671 637,52)	(653 793,82)
Gastos com o pessoal	34, 35	(962 575,77)	(803 173,24)
Aumentos/reduções de justo valor	36		(264,65)
Outros rendimentos	37	68 800,67	109 683,05
Outros gastos	38	(192 829,37)	(81 815,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		446 825,43	279 513,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	(111 941,30)	(115 170,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34 884,13	164 342,98
Juros e rendimentos similares obtidos	39		
Juros e gastos similares suportados	39	(75 539,28)	(118 250,52)
Resultado antes de impostos		(40 655,15)	46 092,46
Imposto sobre o rendimento do período	41	1 515,52	(5 273,79)
Resultado líquido do período		(39 139,63)	40 818,67

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:



Orsifor, SA
Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Valores expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A empresa Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., com o NIPC 503017728, foi constituída em 03-06-1993, tem a sua sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos, Estrada dos 4 Marcos, 2860-402 Moita.

A firma tem como atividade principal o ensino e a formação profissional.

Em 2006, a Orsifor propôs ao Ministério da Educação constituir-se como entidade proprietária de uma Escola Profissional, o que veio a acontecer com a autorização de funcionamento concedida em Agosto de 2006 e início em funcionamento da Escola Técnica Profissional da Moita, em Setembro desse mesmo ano.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto, bem como pelas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo NCRF-PE em vigor na presente data.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1.2 Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Acréscimos e diferimentos (Nota 16).

3.1.3 Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados ou no anexo. A demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa não são exigidas à nossa entidade, pelo que não são objeto de divulgação.

3.1.5 Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com a exceção dos imóveis e terrenos, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração de resultados.

Os imóveis e terrenos encontram-se registados com base no método da revalorização.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	=	20 a 45 anos
Equipamento básico	-	4 e 10 anos
Equipamento de transporte	=	4 e 5 anos
Equipamento administrativo	=	3 e 11 anos
Outros ativos fixos tangíveis	=	8 anos

3.2.2 Ativos intangíveis

Durante o ano 2017 não se verificaram aquisições de ativos fixos intangíveis.

3.2.3 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

3.2.4 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3.2.6 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas existe uma influência significativa e a empresa detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das participadas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença positiva (Goodwill), sendo adicionada ao valor de balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro e, no caso de diferença de consolidação negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17,0% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8 Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.9 Clientes e outros devedores

As contas de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.2.10 Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende

existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registrado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.2.11 Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registrado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados nas rubricas de resultados financeiros. Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

3.2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades de três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos no passivo corrente.

3.2.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.2.14 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá

conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.2.15 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.2.16 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.2.17 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.2.18 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da consideração recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. Salienta-se que a maior parte do nosso rédito anual provém do financiamento público dos cursos profissionais e vocacionais, sendo outorgados contratos-programa plurianuais com o Ministério da Educação, abrangendo a totalidade de cada ciclo formativo (3 anos letivos de duração).

O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Se um credor estiver sujeito a imparidade, a Empresa reduz o montante ao seu valor recuperável, (cash-flow futuro estimado, descontado à taxa efetiva original do instrumento) e contabiliza o desconto como ganho financeiro.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica Outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

3.2.19 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica Proveitos diferidos e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.20 Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A firma desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A firma desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.21 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.22 Transações e moeda funcional

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

3.2.23 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Acontecimentos subsequentes e principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros	
Quantia escriturada bruta inicial	282 495,00	1 439 965,16	412 684,80	128 781,00	184 469,82	211 024,57	2 659 420,35
Da qual quantia despendida "Em Curso"	0,00	46 351,97	0,00	0,00	0,00	0,00	46 351,97
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(124 842,47)	(334 204,37)	(72 862,70)	(172 762,13)	(136 996,37)	(841 668,04)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida inicial	282 495,00	1 361 474,66	78 480,43	55 918,30	11 707,69	74 028,20	1 864 104,28
Adições							
Dispêndios em curso	0,00	46 560,73	0,00	0,00	0,00	0,00	46 560,73
Aquisições	0,00	0,00	11 559,23	21 470,00	2 976,18	12 260,90	48 266,31
Outras	0,00	83 290,72	4 428,00	34 119,43	0,00	0,00	121 838,15
Total das adições	0,00	129 851,45	15 987,23	55 589,43	2 976,18	12 260,90	216 665,19
Diminuições							
Depreciações	0,00	(26 077,40)	(28 727,01)	(13 408,63)	(5 537,91)	(20 379,97)	(94 130,92)
Abates	0,00	0,00	0,00	(34 916,00)	0,00	0,00	(34 916,00)
Outras	0,00	(124 718,90)	0,00	0,00	0,00	0,00	(124 718,90)
Total das diminuições	0,00	(150 796,30)	(28 727,01)	(48 324,63)	(5 537,91)	(20 379,97)	(253 765,82)
Quantia escriturada líquida final	282 495,00	1 340 529,81	65 740,65	63 183,10	9 145,96	65 909,13	1 827 003,65

Salienta-se que desde 2010, a Fração E serve de garantia à conta corrente GAT CGD, bem como o financiamento do PME e do MLP, ambos contratados em agosto de 2013, também na CGD.

No que concerne a Fração F, esta serve de garantia aos planos prestacionais acordados com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

A mesma Fração está avaliada em 734.500,00€.

O valor escriturado em edifícios é composto por:

- Edifício "A": 313.725,00€
 - Edifício "E": 202.980,00€
 - Edifício "F": 734.500,00€
 - Outras : 188.760,16€
- 1.439.965,16€**

A rubrica das depreciações tem a seguinte decomposição de saldos, consoante quadro infra:

	2017			2016		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	42 695,16	0,00	42 695,16	38 611,30	0,00	38 611,30
Equipamento Básico	28 419,63	0,00	28 419,63	35 300,66	0,00	35 300,66
Equipamento de transporte	13 408,63	0,00	13 408,63	14 905,89	0,00	14 905,89
Equipamento Administrativo	5 537,91	0,00	5 537,91	6 018,44	0,00	6 018,44
Outros Activos Fixos Tangíveis	20 379,97	0,00	20 379,97	18 834,40	0,00	18 834,40
Total	110 441,30	0,00	110 441,30	113 670,69	0,00	113 670,69

5. Ativos intangíveis

Durante o exercício de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	Direitos de utilização	Propriedade industrial	Outros	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	30 000,00	150,00	6 022,50	36 172,50
Quantia inicial: com vida útil indefinida	-	-	-	-
Depreciações acumuladas Iniciais	(9 750,00)	-	(6 022,50)	(15 772,50)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
Quantia escriturada líquida inicial	20 250,00	150,00	-	20 400,00
Adições				
Outras	-	-	-	-
Total das adições	-	-	-	-
Diminuições				
Depreciações	(1 500,00)	-	-	(1 500,00)
Abates	(6 333,33)	-	-	(6 333,33)
Total das diminuições	(7 833,33)	-	-	(7 833,33)
Quantia escriturada líquida final	12 416,67	150,00	-	12 566,67

	2017			2016		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Activos Intangíveis						
Fee Fração C-Edifício Norte e Pavilhão Desportivo	999,96	0,00	999,96	999,96	0,00	999,96
Fee Pólo Alhos Vedros	500,04	0,00	500,04	500,04	0,00	500,04
Total	1 500,00	0,00	1 500,00	1 500,00	0,00	1 500,00

Os ativos intangíveis reconhecidos respeitam a direitos de utilização dos imóveis Fração "C" – Edifício Norte e Pavilhão Desportivo, no nosso campus escolar e o Pólo de Alhos Vedros. De salientar que relativamente à quantia inerente ao Pólo de Alhos Vedros a mesma foi desreconhecida em virtude da situação de insolvência da entidade com que foi estabelecido o contrato.

6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

No exercício de 2017, considerando a participação de 80% do capital da Topchoice, Lda., foi aplicado o método de equivalência patrimonial, pelo que a participação foi valorizada pelos resultados dessa sociedade, assim sendo, correspondendo a 648 517,60€.

A aplicação deste método é fundamental uma vez que o efetivo valor da participada não refletia o seu justo valor. Foi desenvolvida uma auditoria externa independente à empresa por uma SROC que suportou o justo valor da empresa que suportou a indexação da

Capital Próprio em 31-Dez-2017

participação pela percentagem dos direitos de voto que a Orsifor, S.A. detém na Topchoice, Lda.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido nas rubricas Partes de capital, foi o seguinte:

Partes de capital	2016	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	2017
Topchoice, Lda.	625 415	-	-	45 395	(22 292)	648 518
	625 415	-	-	45 395	(22 292)	648 518

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capital Social em 31-Dez-2017	% participação	Partes de capital	Provisões	2017
Topchoice, Lda.	Moita	50 000	80,00%	648 518	-	648 518
				648 518	-	648 518

7. Outros Investimentos Financeiros – Participações financeiras (outros métodos)

No exercício de 2017, a rubrica de Outros Investimentos Financeiros, além do previsto na nota 9 do presente anexo, inclui as participações financeiras por outros métodos, que têm a seguinte composição:

	2017	2016
Living Delight, Lda	2 500,00	2 500,00
IFA, Lda	3 875,00	3 875,00
Centuris, CRL	250,00	250,00
Colégio Corte Real, CRL	3 500,00	3 500,00
Iconlife, Lda	0,00	0,00
Creative Moments, Lda	2 500,00	2 500,00
Total	12 625,00	12 625,00

8. Créditos a receber e outros créditos a receber

Em 2017, a rubrica **Créditos a receber** inclui, além do mencionado nas notas 13 e 15, os saldos relacionados com o montante de 1.250.000,00€ corresponde ao montante entregue pela Orsifor, S.A. à Topchoice, Lda. para subscrição de aumento de capital a realizar nesta sociedade.

Quanto aos **outros créditos a receber**, inclui os saldos relacionados com acionistas – os quais podem ser sintetizados no quadro infra:

Activo	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outra Operações	1 250 000,00	48 549,59	1 250 000,00	26 257,57
Total	1 250 000,00	48 549,59	1 250 000,00	26 257,57

Passivo	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outra Operações	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

9. Outros Investimentos Financeiros

Além do mencionado na nota 7, a rubrica Outros Investimentos Financeiros, contempla, em 31 de Dezembro de 2017, os investimentos nas seguintes entidades:

	2017			2016		
	Custo de aquisição	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Actual	Custo de aquisição	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Actual
Acções Empresa Lisgarante	2 500,00	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	2 500,00
CCAM, Crl	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00
Total	3 500,00	0,00	3 500,00	3 500,00	0,00	3 500,00

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 2016 de acordo com as diferenças temporárias que o gerem é como segue:

	2017		2016	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 01.01.2017	3 130,00	211 142,00	3 130,00	215 431,78
Efeitos na demonstração dos resultados:				
Outros efeitos	(3 130,00)	(9 077,13)	-	(4 289,78)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	(3 130,00)	(9 077,13)	-	(4 289,78)
Efeitos em capitais próprios:				
Outros efeitos	-	(11 980,03)	-	-
Saldo em 31.12.2017	0,00	214 044,90	3 130,00	211 142,00

11. Custos das vendas/Movimentos em inventários

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Inventários apresenta a seguinte composição:

	2017			2016		
	Mercadorias	Matérias-primas	Total	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Inventários iniciais	2 200,44	1 249,58	3 450,02	2 681,34	889,12	3 570,46
Compras	5 613,82	134 555,24	140 169,06	10 680,70	113 732,63	124 413,33
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(721,26)	(721,26)	(131,57)	(481,75)	(619,32)
Inventários finais	3 467,93	972,40	4 440,33	2 200,44	1 248,58	3 450,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 346,33	134 111,16	138 457,49	11 030,03	112 884,42	123 914,45

Verifica-se que em 2017, comparativamente com o exercício anterior, que o inventário foi superior.

O inventário é realizado uma vez ao ano, a 31 de Dezembro, para confirmação da valorização das existências. O critério de valorização das existências é o FIFO – “First in first out”.

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	2017			2016		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
A receber						
<90 dias	742,60	0,00	742,60	15 301,86	0,00	15 301,86
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	742,60	0,00	742,60	15 301,86	0,00	15 301,86

13. Outros créditos a receber - Adiantamentos a fornecedores

Na rubrica de Outros créditos a receber, além do mencionado nas notas 8 e 15, estão incluídos valores relacionados com adiantamentos a fornecedores encontram-se desdobrados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros	184,21	10 777,16
Sectoroportuno,Lda	4 270,40	9 085,00
Fernando Cotovio	7 500,00	20 145,31
Wander Gomes	3 750,00	131 981,21
Total	<u>15 704,61</u>	<u>171 988,68</u>

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017, e comparativamente a 2016, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo apresentava os seguintes saldos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Activo		
Imposto s/ Rendimento	2 760,71	4 440,68
Retenção de Imposto s/ Rendimento	106,65	112,65
Imposto s/ Valor Acrescentado	0,00	2 320,37
Contribuições p/ a Segurança Social	0,00	0,00
Total	<u>2 867,36</u>	<u>6 873,70</u>
Passivo		
Imposto s/ Rendimento	0,00	0,00
Retenção de Imposto s/ Rendimento	31 787,97	7 305,33
Imposto s/ Valor Acrescentado	1 691,36	2 835,22
Contribuições p/ a Segurança Social	552 782,00	434 754,73
Outros	50 972,26	27 985,00
Total	<u>637 233,59</u>	<u>472 880,28</u>

15. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outros Créditos a receber, além do mencionado nas notas 8 e 13, contempla ainda os seguintes saldos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Activo Corrente		
Pessoal	3 178,89	2 333,22
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	208 490,17	216 925,38
Outros	2 177 522,84	1 578 203,09
Total	<u>2 389 191,90</u>	<u>1 797 461,69</u>

16. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 2016 os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos		
Devedores por Acréscimos	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subsidição POPH/Lisboa 2020	19 286,32	0,00
Subsidição AEC's	89 452,90	140 396,94

Subsídio CLDS 3G	72 967,60	19 250,00
EDP	0,00	0,00
Rendas	21 000,00	34 500,00
Outros devedores por Acréscimos	5 783,35	22 353,09
Total	208 490,17	216 925,38

Credores por Acréscimos	2017	2016
Remunerações a Liquidar	109 220,99	87 041,69
Honorários	25 666,45	30 847,14
EDP	1 769,87	2 943,20
Condomínio	0,00	36 265,20
Cedência de Pessoal	109 296,56	56 777,51
IMI	4 114,88	4 490,50
Juros e despesas bancárias	0,00	156,07
Pontes, Batista & Associados, SROC	922,50	922,50
Comunicação	167,95	276,80
Rendas e Alugueres	9 885,00	28 500,00
Seguros	0,00	895,14
Aulas Mentoria CCR	16 000,00	0,00
Outros credores por acréscimos	2 133,43	5 789,07
Total	279 177,63	254 904,82

Diferimentos

Gastos a Reconhecer	2017	2016
Seguros	6 018,37	8 231,32
Contratos Assistência	2 985,90	1 829,24
Juros	449,94	0,00
Outros gastos a reconhecer	18 811,01	15 454,90
Total	28 265,22	25 515,46

Rendimentos a Reconhecer	2017	2016
Subsídio de cursos	880 087,70	819 131,13
Outros rendimentos a reconhecer	617,43	581,69
Total	880 705,13	819 712,82

Realça-se que a maior parte do montante dos diferimentos, cerca de 881 mil euros, corresponde à faturação antecipada para inclusão da cessão no âmbito do contrato de factoring outorgado com a CLF, relativo aos contratos-programa dos cursos profissionais.

17. Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica apresentava:

	Fundos MG	CX OBR MAIS	Fundos RR(CA)	Fundos BP	Total
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	17 074,95	45 678,48	153,38	990,20	63 897,01
Aquisições no período	16 999,94	0,00	0,00	0,00	16 999,94
Alienações no período	(34 096,52)	0,00	0,00	(990,20)	(35 086,72)
Variação do Justo valor	21,63	502,45	2,24	0,00	526,32
Saldo a 31 Dezembro	0,00	46 180,93	155,62	0,00	46 336,55

18. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

	2017	2016
Caixa	3 443,65	2 230,63
Depósitos à Ordem	4 868,98	4 682,50
Depósitos a Prazo	15 000,00	42 859,47
	23 312,63	49 772,60

19. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital da Orsifor, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50 milhões de ações com o valor nominal de 0,01€ cada.

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Live Moments, Lda	230 144,23	46,03%	230 144,23	46,03%
Topchoice, Lda	180 154,45	36,03%	178 919,64	35,78%
Sílvia Canastra Simões dos Santos	0,00	0,00%	47 433,88	9,49%
Diana Sofia Canastra Simões dos Santos	78 680,78	15,73%	31 246,90	6,25%
Alexandre José Soares Oliveira	3 148,93	0,63%	3 148,93	0,63%
Guilherme Magalhães Rocha	2 883,61	0,58%	2 883,61	0,58%
Outros Colaboradores	0,00	0,00%	1 234,81	0,25%
Outros Acionistas coletivos	4 988,00	1,00%	4 988,00	1,00%
	500 000,00	100,0%	500 000,00	100,0%

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital, em 31 de Dezembro de 2017:

- Live Moments, Lda., com 46% do capital social.
- Topchoice, Lda, com 36% do capital social.

20. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5%, do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

	2017	2016
Reserva Legal	7 185,95	5 145,01
Reserva Livre	0,00	0,00
	7 185,95	5 145,01

21. Resultados transitados

Os valores constantes no Balanço apresentam resultados transitados positivos de 230.807,51€ após a distribuição de resultados referentes ao exercício de 2016, esta rubrica ficará positiva em 279.573,82€ no ano de 2017.

22. Outras variações no capital próprio, ajustamentos de transição

Esta rubrica regista um valor de 6.153,86€ decorrente do ajustamento de transição originado pela adoção do MEP na valorização da participação no capital da Topchoice, Lda.

23. Excedente de revalorização

No exercício de 2016, fruto das revalorizações livres realizadas sobre os imóveis das frações "A", "E" e "F" foi criado um excedente.

No ano de 2017, esta rubrica é composta dos seguintes montantes:

	Revalorizações Legais	Revalorizações Livres	Imposto Diferido	Valor líquido
Fração "E"	0,00	201 227,59	45 276,21	155 951,38
Fração "A"	0,00	214 417,44	48 243,93	166 173,51
Fração "F"	0,00	503 698,13	113 332,08	390 366,05
	0,00	919 343,16	206 852,22	712 490,94

24. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

Financiamentos	2017	2016
Descobertos Bancários	532,11	12 361,31
Empréstimos Bancários	1 613 752,72	1 784 177,55
Participantes de Capital	98 557,47	104 459,47
Locações	80 232,49	106 192,41
Total	1 793 074,79	2 007 190,74

Verifica-se que o passivo não corrente aumentou em cerca de 76 mil euros, enquanto o passivo corrente diminuiu em cerca de 290 mil euros no que concerne ao financiamento bancário.

Passivo Não Corrente	2017	2016
Empréstimos Bancários	373 307,80	270 595,90
Locações	53 333,07	80 233,88
Subtotal	426 640,87	350 829,78
Passivo Corrente	2017	2016
Descobertos Bancários	532,11	12 361,31
Participantes de Capital	98 557,47	104 459,47
Empréstimos Bancários	1 240 444,92	1 513 581,65
Locações	26 899,42	25 958,53
Subtotal	1 366 433,92	1 656 360,96
Total	1 793 074,79	2 007 190,74

25. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Outras contas a pagar não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	2017	2016
Passivo		
Corrente		
Pessoal	74 668,08	1 814,12
Credores por acréscimos de gastos	279 177,63	254 904,82
Fornecedores de Investimentos	38 453,58	8 959,20
Outros	500 997,71	374 970,58
Subtotal	893 297,00	640 648,72

26.Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 as dívidas a fornecedores tinham a seguinte distribuição:

	2017	2016
A pagar		
< 90 dias	402 232,47	276 716,81
90 - 180 dias	0,00	0,00
> 180 dias	0,00	0,00
Total	402 232,47	276 716,81

Gastos / Rendimentos	2017	2016
Vendas	60 107,49	53 865,93
Prestação de serviços	342 124,98	222 850,88
Total	402 232,47	276 716,81

27.Locações

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa utiliza os seguintes bens adquiridos em locação financeira:

	2017	2016
Locações	Valor	Valor
A menos de 1 ano	26 899,42	25 958,53
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	53 333,07	80 233,88
Total	80 232,49	106 192,41

No exercício de 2017, os bens em locação financeira correspondem à fração "A" – Edifício Novas Oportunidades e ao novo veículo para transporte coletivo de passageiros, adquirido no final de 2015.

28.Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de adiantamentos de clientes, totalizava o montante de 1 996,11€, distribuído da seguinte forma:

	2017	2016
C/C alunos subsidiados	0,00	0,00
C/C alunos manuais	1 996,11	1 209,09
Total	1 996,11	1 209,09

29.Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017			2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens	116 958,91	0,00	116 958,91	124 405,89	0,00	124 405,89
Prestações de serviços	1 877 071,63	0,00	1 877 071,63	1 661 416,02	0,00	1 661 416,02
Total	1 994 030,54	0,00	1 994 030,54	1 785 821,91	0,00	1 785 821,91

30.Segmentos de mercado

Contrato Programa 9(Ciclo de Formação 2014/2017)

Curso	Turmas	Ano Letivo	2014	2015	2016	2017		
Técnico de Restauração Rest - Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Energias Renováveis	1	93 974,00	37 589,60	92 722,27	90 844,67	54 506,80	275 663,34	
Técnico de Prod.Agrária	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00	
			457 786,00	183 114,40	456 534,27	454 656,67	272 794,00	1 367 099,34

Contrato Programa 10(Ciclo de Formação 2015/2018)

Curso	Turmas	Ano Letivo	2015	2016	2017	2018		
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00	
Técnico de Organização Eventos	1	39 266,10	15 706,44	39 266,10	39 266,10	23 559,66	117 798,30	
Técnico de Prod.Agrária	1	46 987,00	18 794,80	46 987,00	46 987,00	28 192,20	140 961,00	
Técnico de Energias Renováveis	1	46 987,00	18 794,80	46 987,00	46 987,00	28 192,20	140 961,00	
Técnico de Restauração Rest - Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past I	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
			497 052,10	198 820,84	497 052,10	497 052,10	298 231,26	1 491 156,30

Contrato Programa 11(Ciclo de Formação 2016/2019)

Curso	Turmas	Ano Letivo	2016	2017	2018	2019		
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00	
Técnico de Restauração Rest-Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past I	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Apoio à Infância	1	76 076,00	30 430,40	76 076,00	76 076,00	45 645,60	228 228,00	
Técnico de Prod.Agrária	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
			533 862,00	213 544,80	533 862,00	533 862,00	320 317,20	1 601 586,00

Contrato Programa 12(Ciclo de Formação 2017/2020)

Curso	Turmas	Ano Letivo	2017	2018	2019	2020		
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00	
Técnico de Restauração Rest-Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Soldadura	1	87 258,00	34 903,20	87 258,00	87 258,00	52 354,80	261 774,00	
Técnico de Comunicação, RP e Publicidade	1	76 076,00	30 430,40	76 076,00	76 076,00	45 645,60	228 228,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past I	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
Técnico de Apoio à Infância	1,5	76 076,00	30 430,40	76 076,00	76 076,00	45 645,60	228 228,00	
Técnico de Prod.Agrária	0,5	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00	
			697 196,00	278 878,40	697 196,00	697 196,00	418 317,60	2 091 588,00

Ciclo Formação 2015/2017

Curso	Turmas	Ano Letivo	2015	2016	2017		
Curso Vocacional de Soldadura	1	69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20	139 854,00	
			69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20	139 854,00

<u>Ciclo Formação 2016/2018</u>	<u>Turmas</u>	<u>Ano Letivo</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Curso Vocacional de Soldadura	1	69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20
		69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20

Total Rendimentos Cursos 2017	1 694 469,70
Atividades de Enriquecimento Curricular	69 912,40
FMC	19 286,32
CLDS 3G	71 200,00
Outras Prestações Serviços	22 203,21
Total Prestações de Serviços	1 877 071,63

31. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e 2016 a Orsifor reconheceu os rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PROGRAMA	Quantia reconhecida em resultados	Quantia reconhecida em resultados
DGEstE (subsídio à Exploração)	4 099,26	3 309,54
Estímulos IEFP	0,00	5 609,49
Total	4 099,26	8 918,73

32. Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

O montante de 45.395,11 euros corresponde à percentagem de participação nos resultados da participada Topchoice, Lda., no exercício de 2017.

33. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços Especializados	317 881,14	299 214,08
Materiais	62 428,13	55 102,01
Energia e Fluídos	37 321,43	47 464,75
Deslocações, Estadas e Transportes	9 587,45	7 834,72
Serviços Diversos	244 419,37	244 178,26
Total	671 637,52	653 793,82

34. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 é a seguinte:

Gastos com Pessoal	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	61 184,04	55 220,60
Remunerações do Pessoal	682 363,22	586 396,24

Encargos sobre Remunerações	162 617,33	142 098,90
Seguros de Acidentes de Trabalho	5 494,15	6 694,54
Outros Gastos com o Pessoal	137 958,72	94 761,56
Duodécimos de Remunerações a Liquidar	(87 041,69)	(81 998,60)
Total	962 575,77	803 173,24

O número médio de colaboradores da Orsifor, no exercício de 2017, foi de 46.

Salienta-se que, além destes colaboradores, existem outros 6 sem vínculo direto com a Orsifor, S.A., estando reconhecidos esses gastos por cedência de pessoal.

Estes colaboradores desenvolvem a componente técnica dos cursos profissionais, que por incremento do número de turmas, corresponde a um incremento significativo na rubrica – Outros gastos com o pessoal e encargos sobre remunerações.

Quanto aos órgãos sociais remunerados são apenas os dois membros do Conselho de Administração.

35. Remuneração dos órgãos sociais

Com a alteração da estrutura societária que ocorreu em Dezembro/2011, o Conselho de Administração passou a ser constituído por dois membros. Contudo, apenas em 2018, os rendimentos relativos à remuneração do Administrador Alexandre Oliveira, passaram a ser enquadrados como remuneração dos órgãos sociais. Não obstante, e para efeitos de comparativo, o quadro infra foi reescrito contemplando os dois membros do Conselho de Administração.

Com o titular do órgão de Fiscal Único, ocupado pela Dr.^a Daniela Monteiro, em representação da sociedade Pontes, Batista & Associados, SROC, foi renovado contrato relativo ao processo de Certificação de Contas.

Remunerações dos Órgãos Sociais	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	61 184,04	55 220,60
Fiscal Único	3 690,00	3 690,00
Total	64 874,04	58 910,60

36. Aumento /redução de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2017, os movimentos desta rubrica são os seguintes:

	2017			2016		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	(264,65)	(264,65)
Total	-	-	-	-	(264,65)	(264,65)

37. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e, comparativamente ao exercício de 2016, foram como segue:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares	31 638,65	32 706,28
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	748,38	996,12
Rendimentos e Ganhos nos restantes Activos Financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	36 413,64	75 362,65
Total	68 800,67	109 683,05

38. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e, comparativamente a 2016, foram como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos	5 886,27	8 115,19
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	0,02	0,00
Perdas em Inventários	721,26	619,32
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	25 975,66	1 805,76
Outros Gastos e Perdas	107 095,80	24 131,24
Juros de mora e compensatórios	7 869,75	-
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	45 280,61	47 143,64
Total	<u>192 829,37</u>	<u>81 815,15</u>

39. Resultados financeiros

Em 2017, verificou-se a necessidade de aumentar o financiamento, por um lado para responder aos atrasos verificados pelos contratos-programa com o Ministério da Educação, e por outro lado, de forma a realizar alguns investimentos em AFT sem sacrificar a tesouraria, destacando-se a aquisição de um autocarro que cumpre os requisitos para o transporte de crianças e jovens até aos 16 anos (faixa etária onde os jovens do ensino profissional pertencem). Salienta-se então a importância e o envolvimento dos parceiros financeiros.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros de Financiamentos Obtidos	66 692,69	91 633,03
Outros Gastos - Financiamentos	8 846,59	26 617,49
Total	<u>75 539,28</u>	<u>118 250,52</u>

40. Partes relacionadas

40.1 Relacionamentos com empresas-mãe:

a) Nome da empresa-mãe imediata: Live Moments – Development Cooperation SGPS, Lda.

40.2 Remunerações do pessoal chave da gestão:

São dois os membros que constituem o Conselho de Administração da sociedade.

a) Total de remunerações: 61 184,04€

40.3 Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas: As partes relacionadas são maioritariamente associadas da Orsifor e da Live Moments, excetuado duas (Woodinspiration e Iconlife) que o pessoal chave da gestão é o mesmo da Orsifor.

Nos quadros infra estão refletidas as transações e saldos com partes relacionadas em 2017 e seu comparativo com 2016.

	<u>2017</u>				
	<u>Compra de serviços</u>	<u>Prestação de serviços</u>	<u>Transferências efetuadas</u>	<u>Transferências recebidas</u>	<u>Distribuição de lucros</u>
Colégio Corte Real, CRL	28 993,59	173 259,26	427 524,85	477 329,48	0,00
Living Delight - Mediação Imobiliária, Lda	28,29	0,00	83 567,02	20 579,67	0,00

Creative Moments, Lda	0,00	0,00	164 550,03	100 883,15	0,00
Instituto de Formação Avançada, Lda	10 876,30	1 500,00	53 929,16	0,00	0,00
Woodinspiration, Lda	51 121,64	1 500,00	32 821,72	0,00	0,00
Condomínio Parque Empresas	54 397,80	793,55	16 073,65	3 005,00	0,00
Iconlife, Lda.	27 219,57	0,00	13 962,13	0,00	0,00
Topchoice, Lda	200 445,70	22 133,72	196 059,78	18 494,06	22 292,02
Live Moments, Lda	0,00	0,00	8 532,00	2 450,00	0,00
	373 082,89	199 186,53	997 020,34	622 741,36	22 292,02

2016

	Compra de serviços	Prestação de serviços	Transferências efetuadas	Transferências recebidas	Realização capital
Colégio Corte Real, CRL	40 509,78	82 340,88	596 909,25	345 071,98	0,00
Living Delight -- Marketing e Pub., Lda	33 162,52	0,00	167 782,54	12 723,87	0,00
Creative Moments, Lda	7 356,20	0,00	167 537,98	9 660,00	0,00
Instituto de Formação Avançada, Lda	0,00	1 500,00	37 463,96	11 505,00	0,00
Woodinspiration, Lda	0,00	1 500,00	45 302,29	1 575,00	0,00
Condomínio Parque Empresas	18 138,60	0,00	59 690,27	910,00	0,00
Iconlife, Lda.	0,00	0,00	38 822,58	37 675,17	0,00
Topchoice, Lda	245 341,85	24 322,13	196 424,63	116 960,01	0,00
Live Moments, Lda	0,00	0,00	28 661,10	20 568,05	0,00
	344 508,95	109 663,01	1 338 594,60	556 649,08	0,00

Saldos com partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2017	2016	2017	2016
Colégio Corte Real, CRL	132 989,26	0,00	390 554,42	352 026,20
Living Delight – Marketing e Pub., Lda	182 097,48	119 110,13	28,29	0,00
Creative Moments, Lda	157 388,20	93 721,32	7 248,50	7 248,50
Instituto de Formação Avançada, Lda	60 829,16	41 630,94	10 876,30	0,00
Woodinspiration, Lda	148 618,46	114 296,74	51 121,64	0,00
Condomínio Parque Empresas	67 677,59	66 884,04	41 329,15	0,00
Iconlife, Lda.	130 451,64	145 966,21	0,00	2 257,13
Topchoice, Lda	1 464 621,41	1 276 257,57	212 914,30	192 265,48
Live Moments, Lda	0,00	0,00	98 557,47	104 459,47
	2 344 673,20	1 857 866,95	812 630,07	658 256,78

Saldos com Administradores

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2017	2016	2017	2016
Diana Santos				
Pessoal	0,00	0,00	381,94	280,30
Suprimentos	0,00	0,00	69 588,88	309,39
	0,00	0,00	69 970,82	589,69
Alexandre Oliveira				
Pessoal	0,00	0,00	358,63	256,99
Suprimentos	0,00	0,00	63 409,84	13 200,28
	0,00	0,00	63 768,47	13 457,27

41. Imposto sobre o rendimento e resultado líquido do período

O resultado líquido do período foi de -39.139,63€.

Neste exercício foi apurada a liquidação de imposto sobre o rendimento, conforme demonstração infra:

31/dez/17		Orsifor, SA		
	Descrição	31/dez/17	30/dez/17	Δ 2017/ 2015
Q 7	Apuramento do Lucro Tributável			
	Resultado líquido do período	(39 139,63)		(39 139,63)
	SOMA (701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	(39 139,63)		(39 139,63)
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º2)	50 103,45		50 103,45
	Despesas não documentadas (art.º 23.º-A, n.º 1, al. b))			
	IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	7 561,61		7 561,61
	Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	42 830,37		42 830,37
	Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	139,70		139,70
	SOMA (campos 708 a 752)	61 495,50	-	61 495,50
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	12 413,00		12 413,00
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	9 077,13		9 077,13
	Mais-valias contabilísticas	203,43		203,43
	Benefícios fiscais	11 036,22		11 036,22
	SOMA (campos 754 a 775)	32 729,78		32 729,78
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753) (A transportar para o Quadro 09)	0,00	0,00	0,00
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o Quadro 09)	28 765,72	0,00	28 765,72
Q 9	Apuramento da Matéria Coletável			
	1. PREJUÍZO FISCAL	0,00	0,00	0,00
	2. LUCRO TRIBUTÁVEL	28 765,72	0,00	28 765,72
	3. DEDUÇÕES :			
	Prejuízos fiscais dedutíveis		0,00	
	4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	28 765,72	0,00	28 765,72
Q 10	Cálculo do Imposto			
	A empresa é uma PME?	S		
	Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 17%	17,0%		
	Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 23%	21,0%	25,0%	
	Imposto à taxa normal	5 440,80	0,00	5 440,80
	COLECTA (347 + 349 + 350 + 370)	5 440,80	0,00	5 440,80
	Derrama estadual (art.º 87º-A)	0,00	0,00	0,00
	COLECTA TOTAL (351 + 373)	5 440,80	0,00	5 440,80
	Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	1 734,14	-	1 734,14

TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356) ≤ 378	1 734,14	0,00	1 734,14
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0	3 706,66	0,00	3 706,66
Retenções na fonte	5 294,07		5 294,07
Pagamentos por conta (art.º 105º)			
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0	0,00	0,00	0,00
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0	-1 587,41	0,00	-1 587,41
Taxa de derrama	1,5%	1,5%	0,00
Derrama municipal (% sobre lucro tributável)	431,49	0,00	431,49
ba <u>Quantias sujeitas a tributação autónoma</u>			
Desp. não documentadas			
No caso de viaturas com um custo de aquisição inferior a 25.000 euros	10 330,30		10 330,30
No caso de viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 25.000 euros e inferior a 35.000 euros	514,65		514,65
Desp. de representação	2 997,95		2 997,95
Ajudas de custo e kms não faturados a clientes	4 299,42		4 299,42
<u>Quantias de tributação autónoma (detalhar em mapa apropriado)</u>			
Desp. não documentadas			
No caso de viaturas com um custo de aquisição inferior a 25.000 euros	1 033,03		1 033,03
No caso de viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 25.000 euros e inferior a 35.000 euros	141,53		141,53
Desp. de representação	299,80		299,80
Ajudas de custo e kms não faturados a clientes	214,97		214,97
Tributações Autónomas	1 689,32	0,00	1 689,32
TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	533,40	0,00	533,40
TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	0,00	0,00	0,00
Encargo de imposto a contabilizar [8121/241]	7 561,61	0,00	7 561,61

42. Outras Variações no Capital Próprio

A rubrica Outras Variações no Capital Próprio nos exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e, comparativamente ao exercício de 2016, apresenta os movimentos inerentes ao subsídio atribuído pelo FEDER no âmbito do programa Lisboa 2020 apresentando os seguintes saldos :

	2017	2016
Subsídios Atribuídos	31 967,46	0,00
Subsídios-Ajustamentos	(7 192,68)	0,00
Total	24 774,78	0,00

Relativamente a este subsídio, a entidade cumpriu e irá cumprir as condições associadas à atribuição do subsídio, nomeadamente no que concerne à exigibilidade da situação contributiva regularizada perante a AT e Segurança Social, assim como todas as condições exigidas quanto à conformidade dos documentos de despesa apresentados.

43. Divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras tiveram autorização para sua emissão em 15 de outubro de 2018.

44. Outras informações

44.1 A proposta de aplicação de resultados

A Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de -39.139,63€.

A proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

Aplicação dos resultados	Reservas Legais	Resultados Transitados
2017	0,00€	-39.139,63€

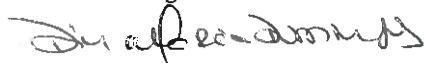
45. Acontecimentos após a data do Balanço

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

Moita, 15 de outubro de 2018

A Contabilista Certificada

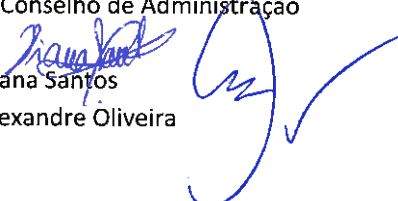
Dina Domingos



O Conselho de Administração

Diana Santos

Alexandre Oliveira



II – Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Sérgio Pontes
Luís Baptista
Daniela Monteiro
Paula Garcia
José Penacho
Carlos Rodrigues
Sérgio Ramos
Pedro Confraria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Orsifor - Centro Formação Profissional da Moita S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.313.624 euros e um total de capital próprio de 1.491.040 euros, incluindo um resultado líquido, negativo, de 39.140 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1 e 2 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. A quantia reconhecida em Balanço relativamente à dívida à Segurança Social, ao abrigo de plano de pagamentos, integrada na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, no montante de 521 mil euros, não inclui a componente de juro decorrido, colocando em causa a integralidade dos gastos e do passivo. Os elementos disponíveis não nos permitiram quantificar com suficiente fiabilidade a quantia em causa.
2. Considerando que não obtivemos suficiente prova de auditoria que permita concluir acerca do grau de realização da formação relativa ao programa CLDS Lisboa 2020, com referência à data de 31.dez.2017, não nos é possível concluir que a quantia de 71 mil euros, reconhecida na rubrica vendas e serviços prestados, constitua um rendimento referente ao ano e, conseqüentemente, que a respetiva contrapartida registada na rubrica Outros Créditos a Receber, constitua um ativo à referida data do balanço.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores



Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Por não nos terem sido apresentadas as demonstrações financeiras com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017 no prazo legal estabelecido para o efeito, emitimos previamente uma declaração de impossibilidade de opinião, a qual se considera substituída por esta Certificação Legal das Contas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de outubro de 2018

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

Sérgio Pontes

